

# SOCIOLOGIA RURAL NO BRASIL: ELEMENTOS PARA UM DEBATE

## *RURAL SOCIOLOGY IN BRAZIL: ELEMENTS FOR A DEBATE*

## *SOCIOLOGÍA RURAL EN BRASIL: ELEMENTOS PARA UN DEBATE*

Janailton Coutinho<sup>1</sup>  
Rogerio Cunha<sup>2</sup>

### Resumo

A reflexão sobre a Sociologia Rural no Brasil e seus principais autores, temas, questões e o atual estado da arte dessa abordagem sociológica é a questão central da reflexão realizada neste artigo. O objetivo principal é, portanto, identificar os principais autores brasileiros que discutem essa temática e suas questões; compreender o atual debate da Sociologia Rural, seus autores, temas e questões no cenário brasileiro; refletir sobre os principais temas elencados pela Sociologia Rural brasileira e entender o lugar do rural no atual debate da Sociedade e da Sociologia brasileira, de forma específica no ano de 2024. Para isso, usou-se como base o banco de dados da SciELO, um portal que reúne mais de 45.000 periódicos e livros para consulta de forma gratuita, para mapeamento da produção acadêmica da área. A partir da análise nesses portais, observou-se que os principais temas debatidos na Sociologia Rural estiveram voltados para as temáticas da análise de políticas públicas para o campo brasileiro, agricultura na Amazônia e agricultura familiar. Uma das ausências notadas foi a pouca ênfase aos trabalhos voltados para discussão da questão agrária e da reforma agrária em âmbito nacional. Entende-se esse silenciamento como fruto do momento atual da sociedade brasileira e do arrefecimento da temática em âmbito nacional.

**Palavras-chave:** sociologia rural; agricultura familiar; políticas públicas; reforma agrária.

### Abstract

The study of Rural Sociology in Brazil and its main authors, themes, issues, and the current state of the art of this sociological approach is the central focus of the analysis conducted in this article. The main objective is to identify the leading Brazilian authors who discuss this topic and its issues; to understand the current debate in Rural Sociology, its authors, themes, and issues within the Brazilian context; to reflect on the main topics highlighted by Brazilian Rural Sociology and to understand the place of the rural in the current debate of Brazilian Society and Sociology, specifically in the year 2024. For this purpose, the SciELO database was used as a source, a portal that gathers more than 45,000 journals and books for free consultation, to map academic production in the field. From the analysis of these portals, it was observed that the main topics discussed in Rural Sociology were focused on public policy analysis for the Brazilian countryside, agriculture in the Amazon, and family farming. One notable absence was the limited emphasis on works addressing the agrarian question and agrarian reform at the national level. This silence is assumed to be caused by the current moment in Brazilian society and the cooling of the topic at the national level.

**Keywords:** rural sociology; family farming; public policies; agrarian reform.

### Resumen

La reflexión sobre la Sociología Rural en Brasil y sus principales autores, temas, cuestiones y el estado actual del arte de este enfoque sociológico es el eje central del análisis realizado en este artículo. El objetivo principal es identificar los principales autores brasileños que abordan esta temática y sus cuestiones; comprender el debate actual de la Sociología Rural, sus autores, temas y cuestiones en el escenario brasileño; reflexionar sobre los principales temas destacados por la Sociología Rural brasileña y entender el lugar de lo rural en el debate actual de la Sociedad y la Sociología brasileña, específicamente en el año 2024. Para ello, se utilizó como base la base de datos de SciELO, un portal que reúne más de 45.000 revistas y libros para consulta gratuita, con el fin de mapear la producción académica del área. A partir del análisis en estos portales, se observó que los principales temas

---

<sup>1</sup> Bacharel em Sociologia no Centro Universitário Internacional - UNINTER.

<sup>2</sup> Professor no Centro Universitário Internacional - UNINTER.

debatidos en la Sociología Rural estuvieron orientados al análisis de políticas públicas para el campo brasileño, la agricultura en la Amazonía y la agricultura familiar. Una de las ausencias notadas fue la escasa atención a los trabajos centrados en la discusión de la cuestión agraria y la reforma agraria a nivel nacional. Se entiende este silencio como resultado del momento actual de la sociedad brasileña y del enfriamiento del tema a nivel nacional.

**Palabras clave:** sociología rural; agricultura familiar; políticas públicas; reforma agrarian.

## 1 Para uma definição do tema

A sociologia como ciência possui várias ramificações e formas de compreender o seu objeto de estudo, ou seja, as sociedades camponesas e suas práticas societárias. Desde o seu surgimento a partir do positivismo com Augusto Comte e, posteriormente, com os clássicos da Sociologia moderna com Karl Marx, Emile Durkheim e Max Weber, buscou-se compreender diversos fenômenos sociais a partir de conceitos estabelecidos nas diversas correntes sociológicas. Com o passar do tempo, surgiu a necessidade de criar ramificações para tentar entender os mais variados fenômenos sociais.

O elo entre a Sociologia como ciência e o desenvolvimento urbano é muito intenso, com destaque especial para as reflexões formuladas por Georg Simmel e seu conceito *atitude blasé* elaborado a partir das percepções do autor dos impactos da vida urbana moderna sobre a subjetividade. O *blasé* designa uma atitude típica do habitante das grandes metrópoles, marcada pela indiferença afetiva e pelo distanciamento em relação ao excesso de estímulos sensoriais e sociais que caracterizam a vida citadina. Para Simmel, essa postura não significa pura insensibilidade, mas um mecanismo de defesa psíquico diante da intensidade e da multiplicidade de impressões que poderiam sobrecarregar o indivíduo (Simmel, 2006).

Todavia, nem todas as sociedades se urbanizaram e passaram por esse processo ao mesmo tempo até os dias atuais. Este artigo refere-se às diversas sociedades que ainda se mantêm no campo e em diversas comunidades rurais que, a partir do olhar sociológico, também precisam ser compreendidas, analisadas e tornarem-se objetos de estudo e debate no universo científico. É nesse contexto que menciona-se a Sociologia Rural e seus principais temas de debate, tais como ruralidades, movimentos sociais, êxodo rural, reforma agrária e a questão agrária como ferramentas conceituais para se discutir e avançar no entendimento acerca dessas múltiplas realidades que ainda orbitam o mundo rural.

Mesmo com a expansão e o próprio surgimento da Sociologia a partir dos estudos urbanos, a sociologia Rural é fundamental para compreender os desafios enfrentados pelas populações camponesas e que vivem nos diferentes territórios brasileiros. Esse é, portanto, o principal tema dessa reflexão: a Sociologia Rural e seus principais autores, temas, questões e debates atuais e suas contribuições para a construção da cidadania.

## 2 Palavras iniciais sobre a sociologia rural

Os estudos sociológicos relacionados às populações camponesas ainda são escassos. Em partes isso se deve a uma percepção pulverizada na comunidade dos sociólogos de que o mundo rural tende a perder ímpeto e suas populações migrarem para as cidades frente à expansão urbana moderna (Castells, 2020). O século XX tem fortes responsabilidades sobre esse cenário uma vez que a constante tecnificação do campo reduziu a demanda por mão de obra humana. Somado a isso, existe uma especificidade do cenário histórico-social brasileiro que reside na adoção secular do latifúndio como forma de distribuição da terra. O sistema latifundiário brasileiro foi um grande indutor de uma mentalidade de capitalismo agrário em que a terra passa a ser vista como meio de produção ideal para a concentração de renda (Fausto, 2000). Ao se fazer um exercício contrafactual de supor uma realidade diferente, baseada na pequena propriedade familiar, é possível sugerir e supor que os índices de êxodo rural fossem mais modestos no país. Afinal, a terra cumpriria uma utilidade social que asseguraria maior permanência no campo.

Contudo, pretende-se defender neste artigo a perspectiva de que por mais que os dados demonstrem, ano após ano, uma redução da população rural, esse não necessariamente será um processo linear e contínuo. Afinal, a história já demonstrou que sociedades podem se ruralizar, sendo o grande exemplo o movimento ocorrido na transição entre a Antiguidade e o período Medieval (Perry, 2015). Dessa forma, pondera-se que estudos de sociologia rural precisam se fortalecer para compreender as diferentes dinâmicas que podem ocorrer em um futuro ainda incerto, sobretudo dadas as incertezas do cenário ambiental.

As pessoas que se mantiverem no campo tendem a virar empregados em pequenas quantidades nas grandes fazendas devido ao processo de tecnificação da agricultura em propriedades latifundiárias, conforme abordado nos parágrafos anteriores. No entanto, vê-se alguns processos de resistência a esse modelo modernizador da agricultura que tende a uniformizar culturas agrícolas e culturas humanas. Os movimentos sociais camponeses e as agriculturas alternativas vão ao longo do tempo mostrando que há outros caminhos de desenvolvimento rural. Assim, este artigo buscou identificar os principais autores brasileiros que discutem essa temática e suas questões, ou seja, qual o atual debate brasileiro nessa grande área, a Sociologia Rural?

Mesmo com a expansão urbana e, no campo, um amplo processo de tecnificação, há comunidades e grupos sociais que rejeitam e até denunciam essas transformações ocorridas em seus territórios. Afinal, modos de vida tradicionais são afetados e, não sem resistência,

transformados por essa dinâmica do capitalismo no mundo rural. Se reconhece que esse é um processo que teve seu pontapé a partir do projeto de modernização e urbanização ocorrido no Brasil nos anos 50 do século XX (Schwarcz; Starling, 2015). Há uma correlação entre expansão industrial, que demanda oferta elástica de mão de obra para maximizar ganhos, e o crescimento das cidades a partir de um esvaziamento do mundo rural (Wood, 2001). Vale recordar que na década de 1970 pela primeira vez na história o Brasil passou a ter uma população majoritariamente urbana.

Objetivou-se para o campo um projeto de desenvolvimento marcado pela industrialização, precarização do trabalho, pouca mão de obra, grandes fazendas, monocultura e exportação de produtos agrícolas. Tal projeto foi dando seus sinais de limitações ao intensificar a precarização do trabalho humano, favelização do campo e da cidade, êxodo rural e a consagrada insegurança alimentar presente na história da população brasileira. Nesse país, historicamente produz-se muita comida, mas também se destaca em insegurança alimentar grave, resultado da ausência histórica de políticas públicas voltadas para agricultura familiar e erradicação da pobreza no campo e na cidade. Estudar essas questões e trazê-las para o debate é fundamental para torná-la objeto de estudo no mundo acadêmico e para formação de novos profissionais nas Ciências Agrárias e Humanas e ainda na sociedade como um todo. Trata-se de um amplo processo de reflexão que busca evidenciar e discutir as principais temáticas voltadas para o campo brasileiro. Isso posto, este artigo, portanto, situa-se na investigação das principais temáticas, autores, questões e do atual debate da Sociologia Rural no Brasil.

O estudo do mundo rural no Brasil continua sendo necessário, pois a questão agrária permanece em aberto e exige, mais do que uma resposta imediata, uma reflexão ampla e aprofundada que permita compreender o atual debate em torno desse tema. Discutir e compreender os aspectos sociais que envolvem os povos do campo, assim como seus desafios, tensões e problemáticas contemporâneas, constitui um objeto fundamental para a Sociologia. Embora haja uma predominância de estudos sociológicos voltados para outros temas, persistem inúmeras populações camponesas, distribuídas em diferentes territórios, que vivenciam cotidianamente dilemas sociais e culturais diversos, os quais permanecem como campos legítimos e relevantes de investigação e pesquisa.

Como aborda Ferreira (1999), a ideia é trazer o “rural como unidade sociológica”. Deve, portanto, trazê-lo para o campo da análise e do debate nos diferentes foruns de discussão no campo das Ciências Humanas e também nas Ciências Agrárias. Especificamente a formação de novos profissionais do campo das Ciências Agrárias precisa compreender esse universo e pensá-lo para além das suas fronteiras técnicas, produtivas e econômicas. Trata-se de um outro

olhar para o mundo rural brasileiro e oferecer um trato um pouco mais científico e crítico para o muitos territórios rurais brasileiros.

### **3 A constituição do campo da sociologia rural no Brasil**

A institucionalização da Sociologia Rural no Brasil teve início nos anos 50 do século XX na Universidade de São Paulo (USP) com o desenvolvimento de estudos baseados nos clássicos das Ciências Sociais como Karl Marx, Max Weber e Robert Redfield, Claude Levi Strauss, Nicolas Gurcich e Henri Mendras. Nessa época também foram criadas disciplinas voltadas para a temática do rural nas universidades Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal Rural de Pernambuco e Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais. Essas disciplinas foram criadas a partir do acordo MEC – USAID e possuíam como meta o desenvolvimetno da agricultura para proporcionar o aumento da produção e melhoria das condições de vida das populações rurais, contudo a partir de uma perspectiva marcadamente conservadora.

Buscava-se, na verdade, evitar a radicalização política e os conflitos no campo, já que nesse contexto havia a presença de movimentos de agricultores como as Ligas camponesas. Em um contexto de Guerra Fria, a experiência histórica chinesa e algumas décadas depois a vietnamita mostrariam que países marcadamente agrários poderiam fermentar revoluções socialistas. É notório fazer memória que a Revolução Chinesa é de 1949 e que em fins da década de 1940, o Brasil, em pleno governo Dutra, promovia forte alinhamento aos Estados Unidos.

Para além da criação das disciplinas nas universidades, houve também a criação de mestrados voltados para Sociologia Rural. O ímpeto à pesquisa foi fundamental para a formação de um quadro docente e de orientadores de pós-graduação para que a roda girasse. No entanto, as linhas de pesquisa eram marcadas pelas seguintes características: orientação teórica norte americana e positivista; professores norte americanos; formação de professores brasileiros nos Estados Unidos; censura ao debate de temáticas voltadas para os conflitos sociais e, por fim, a criação desses programas coincidiram com o projeto de modernização da agricultura brasileira. Em síntese, a introdução da Sociologia Rural estava mais aderente ao desenvolvimento de temáticas tecnocráticas, mais alinhadas aos interesses do imperialismo americano e dos grandes proprietários rurais brasileiros, do que à reflexão dos fenômenos sociais que permeavam o mundo rural brasileiro.

A expansão dos programas de pós-graduação se deu a partir dos anos 1970, com a criação de programas na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (UNESP), e o Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade (CPDA), na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Houve

também a criação de fóruns de discussão como a ABA (Associação Brasileira de Antropologia), SBS (Sociedade Brasileira de Sociologia), ANPUH (Associação Nacional de Pós-Graduação em História) e a ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais).

Contudo, mesmo com esse avanço dos programas de pós-graduação, ainda não havia um periódico nacional que servisse como ponto focal de divulgação dos avanços acadêmicos ou mesmo polo para debates teóricos e empíricos dos profissionais que se dedicavam a essa área (Brumer; Santos, 2006). Essa lacuna demonstra e potencializa isolamentos acadêmicos que tornaram os avanços na área mais morosos. Seria necessário ainda, como um potencial problema de estudos para um próximo artigo, investigar a recorrência de eventos acadêmicos que pudessem promover debates entre os diferentes grupos de pesquisa ou mesmo uma investigação sobre como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) abordava as temáticas gerais do mundo agrário e a Sociologia Rural especificamente.

No que se refere às principais temáticas de estudo apresentadas pelos autores, observa-se que até a década de 1980 predominavam as análises sobre as relações sociais no mundo rural. Há uma historicidade nisso uma vez que o Brasil recentemente havia alcançado maioria no mundo urbano e a tecnificação atingiu índices acelerados nas décadas de 1970 e 1980. Eram perceptíveis os impactos e as transformações nas sociabilidades entre os agentes do campo, assim como a presença de primeiras gerações de migrantes oriundos do campo nas cidades também produziam dinâmicas muito próprias.

Já nos anos 1990, os estudos voltados para a reforma agrária passaram a ter maior destaque, conferindo um novo impulso às investigações sobre a realidade rural, ainda que tenha ocorrido uma diminuição no número de pesquisas e de pesquisadores dedicados a essa temática. Da mesma maneira, também há uma historicidade aqui, dada as determinações contidas na Constituição de 1988 sobre a função social da terra e até mesmo avanços nas desapropriações vivenciados durante o governo Fernando Henrique Cardoso dada a forte atuação de movimentos sociais como o MST.

De modo geral, os principais objetos de estudo e debate da Sociologia Rural concentraram-se em questões relacionadas ao campesinato e à pequena produção, à produção capitalista, à cultura rural e às práticas políticas, essas últimas envolvendo aspectos como a violência e a participação social (Brumer; Santos, 2006).

Segundo Garcia (2003), ao estudar a Sociologia Rural no Brasil, a matriz social brasileira é marcada pela *plantation* colonial. Ao realizar esse estudo, o autor organizou seu texto em quatro partes, afirmando inicialmente que a grande lavoura é a grande matriz da sociabilidade brasileira herdada do período colonial. Discute ainda a quebra da existência da dominação tradicional, o desenraizamento do campesinato brasileiro e, por fim, aponta a reforma agrária como forma de

novo enraizamento social e cultural das camadas desfavorecidas.

Ferreira (1999) estudou o rural como categoria sociológica para tentar compreender esse espaço no atual cenário globalizante. Essa autora traz, inicialmente, a compreensão em torno do que seria a ruralidade. Para ela está relacionada ao campo, ao trabalho camponês, à rusticidade, à característica do que é sem cultura, natural e pouco artificializado. Trata-se, portanto, de uma concepção pejorativa e derivada de concepções evolucionistas e uma hierarquização entre o rural e a sociedade urbano-industrial que paulatinamente iria substituí-la. Menciona o fim do rural pela industrialização e pela urbanização como forma de ocupação do espaço, organização da economia e modo de vida. Essa concepção é compartilhada também pelos autores clássicos da Sociologia, os quais rejeitariam a sociedade tradicional, essencialmente em nome da modernização que posteriormente apoiariam as teorias da modernização, principalmente nos países da América Latina. Nessa discussão, contrapondo-se a essas concepções, segundo a autora, há uma reconstrução do rural como espaço e modo de ocupação de vida e de construção e formação de novas identidades, tendo com exemplo, os trabalhadores organizados na luta pela terra e nos trabalhadores desempregados das áreas urbanas.

#### **4 Atual debate da sociologia rural no Brasil – um olhar sobre as publicações no ano de 2024**

No levantamento realizado na base SciELO, foram encontrados 60 trabalhos publicados em 2024 com foco na Sociologia Rural. Para essa análise, selecionaram-se 15 artigos, que representam um panorama das principais tendências da pesquisa contemporânea no campo. A leitura comparada desses textos permite identificar quatro eixos centrais: (1) políticas públicas e agricultura familiar; (2) experiências amazônicas e territoriais; (3) práticas organizativas e cooperativismo; e (4) novas perspectivas produtivas e de mercado.

O primeiro eixo se destaca pela ênfase nas políticas públicas. Estudos sobre o PRONAF em Minas Gerais revelam que, embora tenha havido melhorias em indicadores socioeconômicos, o programa não conseguiu impulsionar o desenvolvimento rural de forma consistente (Silveira; Montenegro; Pereira, 2024). Na mesma direção, análises do Programa Dom Hélder Câmara II confirmam a relevância da assistência técnica e da extensão rural como ferramentas eficazes para reduzir a pobreza no semiárido brasileiro (Delgrossi *et al.*, 2024). Complementarmente, pesquisas sobre os Territórios da Cidadania na Bahia demonstram que a continuidade de políticas territoriais resultou em índices de desenvolvimento da agricultura familiar superiores à média nacional (Schiesari; Moruzzi Marques; Sarriés, 2024). Já o debate sobre crédito rural e garantias foi atualizado com o estudo sobre o Fundo Garantidor Solidário,

instituído pela Nova Lei do Agro, cuja implementação revelou limitações práticas e baixa adesão dos agricultores (Bitencourt; Fornazier, 2024).

No segundo eixo, sobressaem as análises de experiências amazônicas. Estudo com camponeses ribeirinhos do Baixo Tocantins mostra a importância da diversificação produtiva e a centralidade do açaí tanto na segurança alimentar quanto na renda das famílias (Rodrigues; Medeiros, 2024). Também em Novo Remanso (AM), pesquisa sobre a produção de abacaxi revelou que a adoção parcial de tecnologias aumentou a produção, mas não solucionou entraves estruturais de comercialização (Maia; Costa; Costa, 2024). Essas investigações reafirmam a centralidade da Amazônia no debate atual, articulando dimensões ambientais, econômicas e sociais.

O terceiro eixo envolve práticas organizativas e formas de cooperação. A pesquisa sobre cooperativas de interesse coletivo francesas, avaliando sua adaptação ao contexto brasileiro, aponta possibilidades de inovações estatutárias e de governança que poderiam estimular novos formatos de ação coletiva no meio rural (Búrigo, 2024). De modo associado, estudos sobre cadeias produtivas específicas, como a do feijão, evidenciam os desafios da coordenação econômica diante de oscilações de preço e níveis tecnológicos desiguais (Assunção; Wander, 2024). Essas análises destacam a relevância das estruturas de cooperação em cenários de incerteza.

No quarto eixo, observam-se novas perspectivas produtivas e de mercado. A agricultura urbana em Curitiba foi estudada a partir de três arranjos distintos — assistida, vernacular e politizada —, revelando sua importância para a segurança alimentar e para a construção de novas territorialidades (Oliveira *et al.*, 2024). Já a agricultura orgânica aparece em duas frentes: em estudos empíricos, que identificam fatores determinantes para a presença de produtores orgânicos nos municípios brasileiros (Silva; Firme, 2024) e em revisões sistemáticas e bibliométricas, que ressaltam a centralidade de redes de pesquisa e inovação nesse campo (Oliveira *et al.*, 2024). Soma-se a esse debate a discussão sobre a alimentação escolar em perspectiva comparada, que problematiza as políticas públicas de combate à insegurança alimentar e a função dos mercados institucionais (Anjos; Caldas, 2024).

A análise dos quinze artigos demonstra, em síntese, que a Sociologia Rural no Brasil em 2024 se concentrou em compreender políticas públicas, dinâmicas produtivas na Amazônia, formas de cooperação e alternativas de produção sustentável. Contudo, nota-se a quase completa ausência de trabalhos sobre reforma agrária e assentamentos, tema que foi central em décadas anteriores (Brumer; Santos, 2006). Tal lacuna reflete transformações no campo científico e político: se, de um lado, o agronegócio consolida hegemonia econômica, de outro, as agendas acadêmicas tendem a enfatizar inovação, sustentabilidade e políticas focalizadas. A mudança indica que a Sociologia Rural brasileira segue viva e atenta, mas também que redefine



suas prioridades frente às tensões entre agronegócio, agricultura familiar e demandas socioambientais (Garcia, 2003).

## **5 Considerações finais**

As sociedades camponesas no Brasil permanecem como objeto legítimo e necessário de estudo, análise e debate por parte de pesquisadores, centros de pesquisa e instituições comprometidas com a compreensão crítica da realidade social. Apesar do avanço dos processos de modernização e da expansão da economia agroexportadora, é inegável que segmentos expressivos da população rural continuam sujeitos a condições marcadas por desigualdades históricas, vulnerabilidade socioeconômica e conflitos pela posse da terra. Tal cenário reforça a urgência de aprofundar investigações que articulem a sociologia rural, a ciência política e a antropologia, de modo a captar a complexidade das dinâmicas que caracterizam a vida no campo contemporâneo.

O Brasil mantém-se como um dos territórios de maior incidência de violência rural no mundo, fenômeno que se manifesta de maneira multifacetada: conflitos fundiários, ameaças a lideranças comunitárias, criminalização de movimentos sociais e assassinatos decorrentes de disputas por território. Essa violência não pode ser compreendida de forma isolada, mas, antes, deve ser relacionada a um quadro histórico de concentração fundiária e de desigualdades profundas na distribuição dos recursos produtivos. Tal contexto evidencia que a persistência de latifúndios e a fragilidade de mecanismos eficazes de reforma agrária continuam a constituir entraves para a democratização efetiva do acesso à terra e para a consolidação de políticas públicas orientadas pela justiça social.

Nesse sentido, torna-se imprescindível que a ciência política brasileira aprofunde seus esforços no sentido de explicitar, com maior rigor e amplitude, as interconexões entre os interesses de grandes proprietários rurais e as instâncias decisórias do legislativo nacional. A estruturação de bancadas parlamentares que representam diretamente os interesses latifundiários e que atuam, muitas vezes, como barreira à regulamentação plena da função social da propriedade, constitui um dos maiores desafios para a efetivação dos dispositivos constitucionais previstos no artigo 186 da Carta de 1988. Trazer tais conexões à luz do debate público contribui para a superação de mitos e lugares-comuns que obscurecem o entendimento da questão agrária como problema político de longa duração.

A consolidação de uma concepção de terra como bem que transcende seu valor meramente econômico e incorpora objetivos sociais, ambientais e trabalhistas requer uma combinação de pressão social organizada, vontade política genuína e capacidade institucional para implementar políticas

redistributivas e mecanismos de mediação de conflitos. Embora tais transformações não ocorram de maneira linear, é possível afirmar que somente por meio do debate público qualificado, fomentado pelo campo acadêmico, pela sociedade civil e por movimentos sociais, será viável avançar na direção de um modelo de desenvolvimento rural mais democrático e sustentável. A concepção de função social da propriedade não implica necessariamente a supressão da segurança jurídica da propriedade privada; pelo contrário, pressupõe o seu exercício dentro dos marcos legais e éticos que assegurem o bem coletivo e o respeito aos direitos humanos.

Por fim, cabe ressaltar que o campo, apesar de ter sido constantemente tratado como espaço anacrônico ou destinado a desaparecer frente à urbanização, persiste como território social vivo, repleto de contradições, tensões e potencialidades. Ele abriga formas diversas de organização da produção, repertórios culturais próprios, práticas políticas que se articulam com a sociedade mais ampla e projetos de futuro que ainda carecem de maior reconhecimento público. As múltiplas realidades que compõem o mundo rural brasileiro devem seguir sendo objeto de reflexão crítica e de análise minuciosa, não apenas para fins acadêmicos, mas também como subsídio fundamental à construção de políticas públicas comprometidas com a equidade e a justiça social.

Dessa maneira, permanece o desafio de mobilizar recursos intelectuais e institucionais capazes de contribuir para a redução das desigualdades agrárias e para a consolidação de um paradigma de desenvolvimento que reconheça, na terra, não apenas a sua dimensão produtiva, mas também a sua centralidade como espaço de vida, de cultura e de direitos. Somente a partir do compromisso coletivo e do esforço continuado de pesquisa e diálogo entre diferentes saberes será possível afirmar que o Brasil caminha, ainda que de forma gradual, para transformar as contradições históricas do campo em oportunidades de emancipação e inclusão social.

## Referências

ANJOS, F. S. dos.; CALDAS, N. V. O menu da controvérsia: situação atual e perspectivas da alimentação escolar em Espanha. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 2, e274542, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.274542>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/CkjCqfDZBXF7Ffhht8TmFC/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 out. 2025.

ASSUNÇÃO, P. E. V.; WANDER, A. E. Shadow prices e o processo de coordenação da cadeia produtiva do feijão. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 3, e271914, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2023.271914>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/sPD4FhmxbBGjWt34f95zZ5x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2025.

BITENCOURT, P. R.; FORNAZIER, A. A nova lei do agro: o fundo garantidor solidário como alternativa às garantias do crédito rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 3, e268631, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2023.268631>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/bbYyrRVb9BMjSFTR86Jt6Hh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2025.

BRUMER, A.; SANTOS, J. V. T. Estudos agrários no Brasil. Modernização, violência e lutas sociais. (Desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX.). **REVISTA NERA**, [S. l.], n. 9, p. 49–73, 2012. DOI: 10.47946/rnera.v0i9.1432. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1432>. Acesso em: 14 out. 2025.

BÚRIGO, F. L. Sociedades cooperativas de interesse coletivo: inspiração para o cooperativismo brasileiro do futuro? coletivo futuro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 3, e284695, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2023.284695>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/v5mXDQwmyvXX6vZpFGqYBNb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2025.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz & Terra, 2020.

DELGROSSI, M. E. *et al.* O impacto da assistência técnica e extensão rural para os agricultores familiares pobres: o caso do Programa Dom Hélder Câmara. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 2, e271282, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.271282pt>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/mGvx7gCXLSSLSSVsS3mvN6F/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2025.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2000.

FERREIRA, Â. D. D. O rural como categoria sociológica. **Revista de Sociologia e Política**, [S. l.], n. 12, p. 147–150, 1999. DOI: 10.5380/rsocp.v0i12.39268. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39268>. Acesso em: 14 out. 2025.

GARCIA, A. A Sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 154- 189, jul./dez. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222003000200006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/TzQKyzFjRs4N8NrKTpWNHPm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2025.

MAIA, S. T.; COSTA, T. V.; COSTA, F. S. Níveis tecnológicos na produção de abacaxi (*Ananas comosus*) em agroecossistemas familiares de Novo Remanso (Itacoatiara/Amazonas). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 2, e269860, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.269860>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/dX8MJVswP4fVCBWsBWwQCTf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2025.

OLIVEIRA, E. F. *et al.* A agricultura urbana e suas faces: caracterização a partir de um estudo comparativo multicaseos em Curitiba. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 4, e268559, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2023.268559>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/resr/a/ZVjH4nBG5tYk4hzKX59GrZs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2025.

PERRY, M. **Civilização Ocidental**: uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

RODRIGUES, R. P.; MEDEIROS, M. Atividades socioprodutivas e tipologias de Unidades de Produção Familiar de camponeses-ribeirinhos em várzea do Baixo Tocantins. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 2, e264420, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.264420>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/4GBYGkgQjxywGRxy3KSbTkH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2025.

SCHIESARI, C.; MORUZZI MARQUES, P. E.; SARRIÉS, G. A. Efeitos da gestão territorial no Índice de Desenvolvimento Rural da Agricultura Familiar nos Territórios da Cidadania do estado da Bahia. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 3, e272742, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2023.272742>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/LD4yMSGWQ3fDRHPVHm5GwdL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2025.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

SILVA, A. V.; FIRME, V. A. C. Uma análise empírica sobre os determinantes da quantidade de produtores orgânicos nos municípios brasileiros. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 3, e267067, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.267067>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/RkNy8jCnkt8VtFKZrThMxsH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2025.

SILVEIRA, M. P. C.; MONTENEGRO, R. L. G.; PEREIRA, P. A. R. Pronaf e desenvolvimento rural: uma análise para minas gerais nos anos de 2006 e 2017. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 2, e264581, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2023.264581>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/fH5ZR7R9Rj5MvSqNs7LvsqG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2025.

SIMMEL, G. **Questões Fundamentais da Sociologia**: indivíduo e sociedade. São Paulo: Jorge Zahar, 2006.

WOOD, E. M. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

**Data de submissão:** 03/07/2025

**Data de aceite:** 04/09/2025